

Problemáticas de Gênero e Sexualidade: um panorama sociológico desses fenômenos sociais

Problems of Gender and Sexuality: a sociological overview of these social phenomena

Jéfferson Balbino¹

ZAMBONI, Marcela... [et al.]. (org.). **Sexualidade e Gênero: controle e subversão**. João Pessoa: Editora UFPB, 2020. 191 p.

A obra *Sexualidade e Gênero: controle e subversão* se originou a partir dos debates propiciados por uma disciplina sobre gênero e sexualidade, ministrada pela Profa. Dra. Marcela Zamboni, no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFPB, conjuntamente, em colaboração com as integrantes do GRAV (Grupo de Relações Afetivas e Violência). O livro é organizado pelas professoras/pesquisadoras: Marcela Zamboni, Helma J. S. de Oliveira, Mariana Melo, Juciane de Gregori e Emylli Tavares. É composto por uma apresentação, nove artigos/capítulos e uma seção com informações profissionais das organizadoras e articulistas.

O primeiro capítulo, intitulado *O Esgotamento das Políticas Identitárias nas Lutas Sociais: uma leitura a partir de Judith Butler*, de autoria de Maria Joaquina da Silva Cavalcanti trata das políticas identitárias. A autora, logo de início, chama atenção para o fato da esquerda contemporânea ter se perdido dentro das categorias que sempre foram pautadas pelos movimentos sociais liderados pela esquerda. Para compreender esse processo de políticas identitárias, Cavalcanti corrobora nas teorias de Helena Hirata, Roberto Efrem Filho e da filósofa Judith Butler, justamente, para investigar o local que essas identidades devem ocupar nas políticas da esquerda contemporânea.

Cavalcanti historiciza sobre o conceito *política identitária*, pontuando sobre o surgimento e significado do conceito de *interseccionalidade* e, ainda, tece uma contumaz explicação acerca da categoria *mulheres*, a partir da concepção de Butler. Outrossim, a autora discute o conceito de *reciprocidades constitutivas*, alcunhado por Roberto Efrem Filho, que nada mais é do que as relações que envolvem classe, gênero, sexualidade,

¹ Diretor de Escola na Secretaria Municipal de Assis. Doutor em História (UNESP/Assis). Professor na Secretaria Estadual do Estado de São Paulo. E-mail: jeffersonbalbino@bol.com.br.

territorialidades que são de maneira recíproca constitutiva, isto é, são produzidas entre si e produtoras de violências. A autora frisa que tal conceito é oriundo das concepções de *interseccionalidade* e *consustancialidade*. Ou seja, é uma abordagem complementar a de Judith Butler.

Respalhada em Butler, Cavalcanti conclui que:

[...] o caminho para a reorientação da esquerda para superar as “antinomias liberais” que atualmente a consomem é voltar-se para as formas ilegítimas de violência perpetradas pelo Estado, pontuando que os enquadramentos através dos quais a esquerda é pensada contemporaneamente precisam ser redirecionados tendo em vista essas formas de violência estatal. (CAVALCANTI, 2020, p. 21).

Percebe-se, portanto, a necessidade de utilizar a questão da precariedade para estabelecer alianças políticas na própria esquerda.

A Autora finaliza seu artigo, suscitando uma reflexão sobre a legalização de drogas no Brasil, haja vista que há um imensurável retrocesso no que tange a legislação sobre drogas no país que serve apenas para reforçar a violência do Estado, sobretudo, contra aqueles cidadãos marginalizados socialmente como, por exemplo, os negros.

O segundo capítulo, denominado *Feminicídios generificação da política e politização da violência*, de autoria de Emylli Tavares do Nascimento procura objetificar o conceito *feminicídios* como “um tipo de violência que decorre exclusivamente das relações de gênero” (NASCIMENTO, 2020, p. 27). Para isso, Nascimento elucida o surgimento e, posteriormente, o aprimoramento do conceit *feminicídio* como também o modo que o termo ganhou notoriedade, sobretudo, devido a uma série de acontecimentos de violência contra mulher, ocorrido nos países da América Latina.

A autora recupera os contextos históricos – que envolvem estupros e assassinatos de mulheres, transcorridos em Ciudad Juárez, na fronteira do México com os Estados Unidos. Nascimento tece explicações a fim de esclarecer para o leitor a diferenciação entre feminicídios e crimes comuns, inclusive, alerta – respaldada em Wânia Pasinato – sobre a urgente necessidade de distanciar o feminicídio de crime passional, basta ver que o segundo delito é passível de penas mais brandas.

Posteriormente, a autora confronta o termo *patriarcado* que ao ser utilizado de maneira a-histórica reforça a opressão de gênero e, obviamente, a dominação masculina. Nascimento ainda apresenta o conceito *reciprocidades constitutivas*, de Roberto Efrem Filho, que trata a maneira como essas categorias de gênero/sociais estão arraigadas umas às outras.

A despeito do feminicídio, a pesquisadora Emylli Tavares do Nascimento conclui que:

Analogamente, o feminicídio serve como chave de inteligibilidade empregada nos discursos feministas para anunciar que as mortes de mulheres são ocasionadas pelo “ódio e menosprezo ao gênero feminino”, pela “dominação masculina” que permite aos homens enxergá-las como “propriedade” e demandar-lhes uma “submissão feminina”, que quando é desobedecida culmina em violência letal. (NASCIMENTO, 2020, p. 35).

O terceiro capítulo, intitulado *Transfeminicídio: entre abjeção e precariedade*, de Ana Carolina Gondim de Albuquerque Oliveira, a pesquisadora problematiza o quão sofrível é para mulheres transexuais e travestis viverem numa sociedade que vê como algo execrável o que foge das fronteiras binárias heterossexuais, culturalmente demarcadas.

A autora se respalda em Judith Butler – mais especificamente em suas obras *Problemas de Gênero* e *Quadros de Guerra: quando a vida é passível de luto* – para analisar a hipervulnerabilidade que essas pessoas estão sujeitas ao se assumirem em posição não-binária, haja vista que estão sujeitas a sofrerem as mais terríveis crueldades, apenas por serem classificadas como “diferentes”. Oliveira, também, busca compreender a complexidade existente no que tange a normatização do corpo das mulheres *trans* (transexuais e travestis) e suas respectivas performatividades em âmbito social.

O texto em questão é essencial, sobretudo, porque traz uma revisão de literatura acerca da temática do *transfeminicídio* em consonância com outras categorias como *precariedade*, *abjeção* e *passividade*. Ou seja, o estudo evidencia o transfeminicídio como “o resultado da precariedade de vidas em razão destas romperem com o binarismo heteronormativo e não serem, portanto, passíveis de luto”. (OLIVEIRA, 2020, p. 50).

Por fim, a autora traz valiosa contribuição ao recuperar dados – inclusive, em níveis mundiais – sobre transfeminicídio e analisa-os de modo que o leitor possa

compreender o quanto as pessoas *trans* são brutalmente assassinadas, apenas por não se enquadrarem na binaridade secularmente imposta.

O quarto capítulo, denominado *Os Efeitos da Passabilidade: as diferentes experiências de mulheres travestis e transexuais e homens transexuais no trabalho*, é de autoria de Felipe Franklin Anacleto da Costa. O texto traz uma interessante (e necessária) discussão no tocante as experiências vivenciadas por mulheres travestis e transexuais e homens transexuais no mercado de trabalho. Costa aplica o conceito de *passabilidade* para promover sua análise, visto que é uma condição que essas pessoas utilizam ou não “para que suas identidades de gênero passem despercebidas nos lugares que frequentam”. (COSTA, 2020, p. 71).

O articulista traz à tona o fato da empresa capitalista ser uma instituição que excluem as pessoas que fogem dos padrões hegemônicos, socialmente, atribuídos. Embora haja por parte de algumas empresas a *gestão da diversidade*, que assegura um número limitado de vagas às pessoas negras, com deficiência e LGBTQIA+, na visão de Costa ainda é insuficiente, uma vez que é algo ínfimo diante de uma exclusão macroestrutural. O autor, ainda, problematiza em seu texto a questão da homofobia institucional.

A meu ver, o ponto alto do texto é quando o autor traz uma entrevista com um homem transexual e, concomitantemente, uma análise sobre a trajetória desse indivíduo. A análise em questão revela as dificuldades que uma pessoa *trans* vivencia já a partir da infância e que se estende para as fases subsequentes da vida como, por exemplo, na adolescência quando a sexualidade é “descoberta” e na juventude quando é inserido no mercado de trabalho...

A partir desse estudo, Felipe Franklin Anacleto da Costa conclui que os homens transexuais possuem maior *passabilidade*, ou seja, conseguem passar com sua identidade de gênero de modo despercebido nos ambientes sociais facilitando a conquista de empregos formais. Enquanto para mulheres transexuais e travestis, por serem menos “passáveis”, possuem ampla exclusão do mercado formal de trabalho.

O capítulo seguinte, intitulado *Entre Femicídio e LGBTQI+Fobia: breves considerações sobre crimes de ódio no fluxo do sistema de justiça criminal*, escrito por Helma J. S. de Oliveira, Mariana Melo e Marcela Zamboni traz uma reflexão sobre o modo como o ódio está intrinsecamente relacionado aos crimes de LGBTQI+fobia e feminicídio. Para isso, as autoras tecem explicações acerca do que caracterizam crimes de ódio, sobretudo, aqueles

que carregam a intenção de morte da vítima, por quem são praticados e no que são motivados. As pesquisadoras também criticam o modo como a justiça possibilita abrandamentos punitivos, precisamente, por fazerem parte do tribunal do júri indivíduos que legitimam papéis morais. Inclusive, as autoras argumentam que em alguns crimes, na Paraíba, envolvendo casais homossexuais juízes distinguem como mais “passionais”, ao contrário do atribuído quando os mesmos tipos de crimes envolvem casais heterossexuais.

Oliveira, Melo e Zamboni fazem uma exímia elucidação sobre o conceito *homofobia* que, inicialmente, possui o sentido de medo que alguns indivíduos têm de sujeitos não-heterossexuais ou com identidades de gênero que fogem a binaridade. Contudo, conforme frisado pelas autoras, a “fobia” que o termo carrega deu lugar a atos de violência, provocados por ódio e desprezo contra as pessoas que fogem dos limites impostos da heteronormatividade. É, justamente, essa “alteração” de pessoas que passam a desempenhar papéis relacionados ao sexo oposto daquele que consta em sua certidão de nascimento, isto é, que rompem com a matriz de gênero considerada “normal” que torna motivo para alimentar a homofobia dos sujeitos que vêm essas pessoas como “diferentes” com uma espécie de patologia que precisa ser combatida.

As pesquisadoras, também, esclarecem acerca do conceito *feminicídio* que consiste na violência contra mulheres e morte dessas mulheres, provocadas por homens motivados por ódio, posse, desprezo. É explicitado, também, o quão a situação é ainda pior quando se trata de mulheres trans e travestis. As estudiosas ainda recuperam o modo como a legislação brasileira tratava e, atualmente, trata os crimes de feminicídio.

O capítulo seguinte: *Notas Introdutórias sobre a importância da Dimensão Racial nos Estudos de Gênero e Sexualidade*, é de autoria da pesquisadora Juciane de Gregori e têm por objetivo discutir a importância da questão racial em estudos sobre gênero e sexualidade, haja vista que “esses campos atravessam um percurso de encontro, onde se interceptam múltiplas formas de interpretação” (GREGORI, 2020, p.111).

A autora estabelece diálogos com vários autores para demonstrar a importância de incluir a dimensão racial em estudos de gêneros e sexualidades e, ainda, demonstra a necessidade em operacionalizar o conceito *interseccionalidade* em pesquisas que versa essa temática, sobretudo, por ser uma ferramenta teórica alicerçada no feminismo negro.

Gregori também elucida o modo que os conceitos *racismo* e *sexismo* podem ser analisados através de semelhanças, diferenças, acoplamentos, cruzamentos, entrelaçamentos e intersecções, basta ver que são categorias autônomas e articuladas. Contudo, a articulista assevera que é difícil articular tais conceitos devido ao fato da correlação entre ambos serem fenômenos complexos que interdependem do contexto. Não obstante, na visão da pesquisadora, precisamos enxergar a *interseccionalidade* e o *feminismo negro* como esferas em comum no campo da análise de gênero, afinal um depende do outro.

O capítulo que é apresentado na sequência é nomeado: *Articulações nas Relações de Poder: performatividades de gênero e sexualidade na prática da revista íntima*, da pesquisadora Eloisa Slongo. A autora busca analisar as categorias de gênero e de sexualidade que são utilizadas durante a revista íntima no sistema prisional. Slongo traz dados para corroborar sua análise e, concomitantemente, problematizá-los.

No tocante a revista íntima, Slongo explicita em seu texto como é vexatória e degradante tal prática carcerária que, inclusive, fere os Direitos Humanos, conforme observa a pesquisadora ao narrar os métodos utilizados na vistoria. Segundo ela, as mulheres e familiares de presos ao passar pelo processo de revista íntima estão tendo sua integridade física e psíquica violadas, haja vista que expõe seus corpos de modo depreciativo, ou seja, essas pessoas perdem a autonomia sobre seus próprios corpos em decorrência do controle policial.

Ao longo de seu texto, a pesquisadora também promove um diálogo com outros autores – como Judith Butler e Roberto Efrem Filho – para tratar dos significados e sentidos de gênero, o que é fundamental, sobretudo, para o leitor compreender como o papel do Estado se torna expressão daquilo que é a dominação masculina. A partir do presente estudo vemos como a mulher é vítima e agente de disputa no sistema prisional e, conseqüentemente, o modo como as violências institucionais das prisões precisa ser coibido, afinal os familiares e amigos de presos ao visitá-los no presídio não deveriam ter suas liberdades ceifadas através de práticas ultrajantes.

Em seguida temos o capítulo *Direitos Reprodutivos das Mulheres Brasileiras: entre a maternidade e a morte*, de Monique Ximenes Lopes de Medeiros. O artigo em questão discute as restrições existentes na lei brasileira em referência aos direitos sexuais e

reprodutivos das mulheres e, conseqüentemente, analisa tais proibições sob o prisma da perspectiva das teorias de gênero.

Em sua pesquisa, Medeiros aborda dois pontos problemáticos no que tange os direitos reprodutivos das mulheres em nosso país: a esterilização voluntária e a proibição do aborto. E a partir disso, a articulista critica o modo como a legislação brasileira controla o corpo feminino, inclusive, ao ponto de dar poder para o homem decidir sobre a esterilização do corpo de sua esposa. Ou seja, devido à lei brasileira, a mulher casada perde o controle sobre seu próprio corpo.

Para fundamentar a pesquisa, a autora se respalda nos estudos de Judith Butler e Michel Foucault, justamente, pelo fato dos teóricos citados ressignificar os conceitos de *corpo*, *sexo* e *gênero*. Na visão de Medeiros, a sociedade heteronormativa não pune somente aqueles indivíduos que exercem seu gênero de modo não permitido como acontece, por exemplo, com os homossexuais, transexuais e travestis, mas também penitência aquela mulher que se recusa a ser mãe, algo visto como um ultraje cabível de punição jurídica e social. Isto é, o corpo feminino só teria significação caso utilizado para a procriação.

A autora, ainda, faz uma interessante problematização sobre a maneira que a mulher pobre tenta administrar sua liberdade reprodutiva, uma vez que nem sempre terá dinheiro para efetuar a compra de um método contraceptivo ideal e/ou definitivo. Medeiros também contextualiza os dados estatísticos que demonstram que a maioria das mulheres que fazem uso de métodos contraceptivos seguros são aquelas com maior grau de escolaridade, brancas e com maior poder aquisitivo. Em contrapartida, as mulheres que mais se submetem ao aborto são aquelas com baixa escolaridade, pretas, pardas e indígenas, com baixa renda familiar e que residem nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste do Brasil.

Além disso, as pesquisas apontam que metade das mulheres que praticam aborto precisam de internação hospitalar para finalizar o procedimento que muitas vezes é realizado de maneira e condições inadequadas. Ou seja, o aborto clandestino penaliza com sequelas ou morte, sobretudo, as mulheres mais pobres que, aliás, não são passíveis de luto. Assim sendo, o texto de Medeiros nos leva a refletir não apenas sobre o direito à vida, mas também como os direitos reprodutivos conferidos a mulher brasileira poderia tornar o cenário menos sórdido e mais humano.

O derradeiro capítulo é “*Meninos do Black Bloc*”: *entre a reprodução de papéis de gênero e sua abolição na prática anarquista de protesto radical*, de Florian Grote. O texto em questão observa a presença dos *Black Blocs* em manifestações ocorridas no Brasil, sobretudo, nas Jornadas de Junho, em 2013, contra o aumento das tarifas de transportes públicos das principais cidades brasileiras. A partir disso, Grote busca investigar os papéis tradicionais de gênero nesse tipo de tática anarquista de protesto, visto que nessas manifestações foram assumidas masculinidades generalizadas para classificarem os participantes que mascarados quebravam vitrines de lojas e incendiavam agências bancárias para protestar contra os poderosos políticos que controlam o país.

O articulista discute a reprodução de papéis de gênero no *Black Bloc* a partir dos estudos da teórica feminista Simone de Beauvoir, exatamente, para compreender como ocorre a reprodução de papéis tradicionais de gênero dentro de movimentos antiautoritários como é o caso deste.

Em seu texto, Grote vê como solução para a abolição de gênero nos *Black Blocs* acabar com o equívoco da “teoria dos meninos adolescentes”, pois há inclusão de mulheres nos protestos, inclusive, é sabido que, historicamente, as mulheres sempre estiveram presentes em protestos e manifestações para reivindicarem direitos negados. Nesse sentido, a participação de mulheres no *Black Bloc* é algo essencial, devido ao fato de contribuírem para “a desestabilização das categorias e dos papéis de gênero”. (GROTE, 2020, p. 180).

Diante de todo o exposto, vemos como a obra *Sexualidade e Gênero: controle e subversão*, organizadas pelas pesquisadoras Marcela Zamboni, Helma J. S. de Oliveira, Mariana Melo, Juciane de Gregori e Emylli Tavares é essencial para compreendermos os avanços e retrocessos no campo das sexualidades e gênero, em termos de esfera pública. Além do que é uma fonte de estudos inesgotável para aprimorarmos nosso conhecimento acerca de tal temática, dada a qualidade e densidade das pesquisas apresentadas.